

## **Imigrantes africanos e formação profissional**

Luís Melo Campos \*

Resumo: Este texto discute as relações entre o problema da inserção social dos imigrantes extra-comunitários e o acesso a programas de formação profissional. Pressupõe-se que a formação profissional pode constituir via privilegiada de acesso ao mercado de trabalho e à qualidade do emprego e que a frequência de acções de formação não se esgota na mais valia decorrente do acréscimo de competências técnicas e profissionais, constituindo também importante veículo para o desenvolvimento de competências gerais de aprendizagem e adaptabilidade. Privilegiando as comunidades africanas imigradas em Portugal, aquelas cujo processo de integração se tem revelado mais persistentemente difícil, escrutina-se e problematiza-se a presença de imigrantes africanos nos contextos pedagógicos do sistema institucional de formação profissional, discutem-se as modalidades de oferta formação e as relações entre tal sistema institucional e os contextos socioculturais das comunidades africanas.

### **Introdução**

Este texto equaciona alguns problemas relativos à presença de imigrantes africanos no sistema formal de formação profissional que emergiram no quadro de um projecto de investigação sobre os processos de integração social de

---

\* Sociólogo, docente do Departamento de Sociologia do ISCTE.

imigrantes extra-comunitários e a frequência de programas de formação profissional.

O principal ponto de partida do projecto foi a ideia de que a formação profissional pode constituir veículo privilegiado de acesso ao mercado de trabalho e à qualidade do emprego e, portanto, viabilizar uma base material adequada ao sucesso do processo geral de inserção dos imigrantes nas sociedades de acolhimento. Presumiu-se mesmo que a participação em acções de formação não se esgota na mais valia decorrente de um acréscimo de competências técnicas e profissionais. Como alguma literatura sociológica tem sublinhado, a formação profissional constitui também importante veículo para o desenvolvimento de competências gerais de aprendizagem e adaptabilidade, uma vez que exercita competências de sociabilidade e amplia o leque de contactos sociais, desenvolve o relacionamento hierárquico e o funcionamento de grupos enquanto colectivos de realização, o que implica processos de integração e produção de identidades no respectivo contexto pedagógico, em suma, muito se conjuga para produzir um efeito geral de abertura e inserção nos sistemas e instituições sociais.

Para além deste pressuposto teórico, importa também referir uma opção metodológica relativa à utilização da noção de imigrante (e de etnia) que normalmente encobre uma enorme diversidade de situações decorrentes de outros critérios de diferenciação e ancoragem social, como é o caso do género e das inserções profissionais, encobre, ao fim e ao cabo, a existência de clivagens internas aos grupos assim designados incluindo diferentes níveis de integração na sociedade de acolhimento. Todavia, as comunidades de imigrantes são distintas entre si e são mesmo internamente diferenciadas. Esta diferenciação conduziu a privilegiar aquelas cujo processo de integração na sociedade portuguesa se tem revelado mais persistentemente difícil, designadamente as africanas (que aliás constituem o maior contingente de estrangeiros não comunitários em Portugal; cerca de 60% segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 1996). Esta opção metodológica justifica-se por si mesma, uma vez que se pretende contribuir para

a optimização do processo de integração social, sublinhando o papel que pode ser desempenhado pela formação profissional como via qualificada de acesso ao emprego, não faria sentido apostar nas comunidades em que tal processo não conheceu particulares dificuldades ou em que tem sido razoavelmente bem sucedido, pelo menos no plano socioprofissional.

Assim sendo, embora de âmbito exploratório, a pesquisa proponha-se essencialmente escrutinar o acesso de imigrantes à formação profissional. Não cabe aqui dar conta de todas as vertentes desenvolvidas, mas é possível sublinhar alguns aspectos relativos à oferta de formação e à experiência vivida no quadro dos centros de formação directa ou indirectamente ligados ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O plano de trabalho circunscrevia-se à região de Lisboa, tendo-se identificado os centros de formação profissional frequentados por africanos e procedido a uma inquirição quer dos próprios formandos como de técnicos, formadores e dirigentes.

### **1. A presença de africanos em centros de formação ligados ao IEFP**

A presença de africanos em centros de formação profissional directa ou indirectamente ligados ao IEFP decorre de modalidades de acesso que se processam em igualdade de condições com os nacionais. Desde que legalizados, os imigrantes concorrem às acções de formação sem que haja qualquer tipo de discriminação positiva ou negativa. Apesar da insipiência de políticas que directamente promovam esse acesso, a presença africanos neste quadro institucional revela-se relativamente sistemática, embora diminuta, e notavelmente coincidente com as áreas de actividade económica que tradicionalmente recrutam mão-de-obra imigrada: construção civil, algumas indústrias de trabalho intensivo pouco qualificado, restauração e serviços domésticos<sup>1</sup>.

Quando questionados sobre a presença de africanos, os técnicos, dirigentes e formadores dos centros de formação reconhecem a existência de alguns problemas específicos, designadamente: ao nível do domínio da língua portuguesa nas suas várias dimensões (entender, falar, ler e escrever); ao nível da preparação escolar, sobretudo quando adquirida nos respectivos países de origem que, independentemente da equivalência formal dos níveis de escolaridade, apresenta algumas insuficiências comparativamente com os nacionais, e; mais genericamente em diversas dimensões socioculturais que se reflectem no plano comportamental.

No entanto, este reconhecimento genérico não se traduz em qualquer programa específico orientado para suprir as carências identificadas, não se verificando qualquer recurso a peritos em comunicação intercultural ou a formadores com qualificações específicas nos planos linguístico, escolar ou comportamental. Aquelas carências acabam por ser melhor ou pior resolvidas com base no voluntarismo dos actores envolvidos, particularmente através de uma disponibilização pedagógica suplementar dos próprios formadores que, com alguma frequência, desempenham importante papel no processo geral de socialização e integração dos imigrantes, disponibilizando-se também nos planos relacional e informativo (que fazer? como fazer? onde e a quem se dirigir? como ir? etc.) por atenção a problemas da vida pessoal e quotidiana dos formandos. No entanto, nem todos estão igualmente sensibilizados e disponíveis para o empenhamento suplementar que isso acarreta. Como disse um dirigente de um centro de formação verifica-se, da parte dos formadores, *«um esforço acrescido relativamente aos formandos imigrantes, cada um dá o seu melhor, à sua maneira, e as coisas vão funcionando»*.

A existência de alguma ambiguidade nas apreciações e práticas relativas à presença de africanos parece constituir uma constante. As metodologias de

---

<sup>1</sup> No período em que se realizou o inquérito aos formandos, os cursos de formação que efectivamente contavam com a presença de imigrantes eram os seguintes: pedreiro-ladrihador, pintor-vidraceiro,

avaliação constituem um dos planos em que é simultaneamente visível a ausência de orientações específicas relativas aos imigrantes e a existência de alguma boa vontade por parte dos formadores. Embora os critérios de avaliação sejam formalmente idênticos, muitos dos formadores entrevistados indiciam uma atitude relativamente condescendente com os imigrantes, sendo possível registar frases como: «*Ao nível dos desempenhos cognitivos temos que ser menos exigentes*»; «*Qualidade na aprendizagem e ritmo não andam de mãos dadas. O que interessa é a qualidade e não o ritmo. Não é aqui que vão aprender os ritmos*»; «*Na formação, por muito que tentem, os imigrantes não conseguem alcançar o mesmo sucesso do formando português*».

Esta avaliação diferencial do desempenho de nacionais e imigrantes surge também a propósito da própria estrutura curricular e do funcionamento pedagógico. Os cursos privilegiam uma formação de carácter técnico e profissional embora possam compreender módulos de formação ao nível comportamental, no entanto, perante os problemas específicos dos imigrantes, os dirigentes e formadores tendem a reconhecer que para esses formandos os módulos comportamentais são os mais importantes e mereciam ser multiplicados e aprofundados: «*os problemas e procedimentos técnicos são razoavelmente apreendidos; mais difícil é modificar hábitos comportamentais e fomentar a interiorização de elementos culturais*». Neste contexto, tende a sublinhar-se o papel das actividades extracurriculares (quando existem), designadamente a prática desportiva e o convívio, que se revelam particularmente importantes no processo de integração social dos imigrantes no respectivo grupo de formandos que normalmente compreende também nacionais.

Finalmente, verifica-se também alguma dualidade de avaliações relativamente ao problema das saídas profissionais proporcionadas pela formação, que variam entre um acentuado optimismo: «*Geralmente os formandos*

---

carpinteiro, cofrador-armador, canalizador, electricista, electromecânica, técnico de manutenção, modelagem industrial, estilismo industrial, ajudante de cozinha e artes domésticas.

*têm facilidade em se empregarem» e prognósticos mais reservados: «Não sabemos até que ponto os formandos imigrantes obterão emprego».*

Apesar da ausência de consenso, parece globalmente pacífico que a passagem pela formação profissional aumenta fortemente a possibilidade de acesso condigno ao mercado de trabalho, designadamente em áreas como a construção civil, a tecnologia de frio e a restauração. Adicionalmente, parece potenciar bastante as competências gerais de integração sociocultural. Os próprios formandos avaliam muito positivamente a frequência do curso (quase todos tencionam aconselhar amigos a frequentar a formação), reconhecendo-lhe um valor acrescentado quer em termos de conhecimentos adquiridos nos planos técnico-profissional, cívico e relacional, como em termos de uma boa preparação para enfrentar as exigências do mercado de trabalho.<sup>2</sup>

## **2. Problemas socioculturais e sistema formal de formação profissional**

Um dos problemas que se colocou foi a reduzida presença de imigrantes nos centros de formação profissional ligados ao IEFP, inclusive, naqueles que se localizam na proximidade de bairros maioritariamente habitados por africanos.

Na verdade, é através dos centros de emprego onde se inscreveram como desempregados que a maioria dos imigrantes chega aos centros de formação profissional, o que significa que raramente tomam a iniciativa de os procurar directamente. Por outro lado, merece sublinhar-se que quando o acesso à formação tem origem numa procura directa, os canais de comunicação assentam em redes de sociabilidade (familiares ou amigos) e não em mecanismos

---

2 Bom exemplo da preparação para enfrentar o mercado de trabalho são os cursos de formação profissional orientados para o auto-emprego. Embora só raramente consigam criar o seu emprego, uma vez que necessitariam de apoios financeiros que não existem, a maioria dos formandos consegue normalmente empregar-se fazendo valer o capital de conhecimentos técnicos e relacionais adquiridos no curso. Todavia, a avaliação globalmente positiva da passagem pela formação em termos de integração social e laboral surge manchada pela identificação de atitudes racistas em algumas entidades empregadoras que avançam com níveis remuneratórios mais baixos ou, noutros casos, raros mas existentes, chegando mesmo à rejeição do trabalhador africano.

divulgação por parte dos centros de formação. De qualquer modo, pode dizer-se que os africanos estão globalmente pouco informados, quer sobre a diversidade da oferta institucional de formação, quer sobre a mais valia profissional e os efeitos de integração social que ela pode proporcionar.

Existe, porém, um aspecto formal que certamente contribui para a fraca adesão dos africanos à oferta de formação no quadro do IEFP: a maioria dos cursos de formação exige a escolaridade obrigatória como requisito mínimo de acesso. Embora adequado à realidade de um Estado europeu, este requisito torna-se problemático para uma população com as características da imigração africana. A impossibilidade de o satisfazer é razoavelmente óbvia no caso dos cabo-verdianos que, a partir de 1960, já em idade madura e com fracos níveis de escolaridade, demandaram Portugal no quadro de uma imigração de tipo laboral. Mas o desfasamento entre aquele requisito de acesso e a realidade dos africanos verifica-se também nos imigrantes mais recentes (muitos deles com características de refugiados) e nos chamados imigrantes de segunda geração, na medida em que as condições sociais em que cresceram e vivem (incluindo o desfasamento cultural e linguístico) raramente propiciam percursos escolares bem sucedidos, verificando-se elevadas taxas de abandono antes mesmo de concluída a escolaridade obrigatória.

A verdade é que uma boa parte dos imigrantes africanos que chega aos centros de formação não dispõe daquela habilitação mínima (9º ano de escolaridade), razão pela qual são remetidos para a escassa oferta de formação que admite menores níveis de escolaridade (construção civil, têxtil, restauração, artes e serviços domésticos), em suma, para áreas profissionais socialmente pouco valorizadas, o que não só não é muito motivador como, em certos casos, é mesmo objecto de explícita recusa por parte de uma população jovem que tende a rejeitar o modelo de vida veiculado pelos pais e, portanto, as áreas profissionais em que eles tradicional e predominantemente trabalham. Um dos principais problemas no acesso de africanos à formação residirá na ausência de motivação para frequentar a escola e a formação profissional. Parece tratar-se de contextos

socioculturais em que a educação formal não é muito valorizada assistindo-se, em certos casos, a processos de desmotivação com origem nos respectivos ambientes familiares onde se difunde a ideia de que não conseguirão obter sucesso.

Outro factor explicativo da fraca presença de africanos nos centros de formação profissional pode simplesmente ser a questão financeira. Trata-se de uma população que se debate com problemas económicos e muitos deles não poderão sustentar sem remuneração os vários meses que a formação implica. Embora a frequência de alguns cursos contemple uma bolsa, o seu valor pecuniário é normalmente reduzido, pelo que podendo constituir um complemento ao rendimento familiar nunca poderá substituí-lo. É também verdade que muitos africanos frequentam a formação tendo como objectivo obter a respectiva bolsa (alternativa possível ao desemprego). O inquérito realizado aos formandos africanos evidenciou uma população que, sendo relativamente jovem, é inequivocamente adulta. No entanto, a esmagadora maioria não se encontra empregada e o seu principal meio de vida oscila entre o apoio familiar e a bolsa fornecida no âmbito do curso que frequentam. Algumas excepções ao desemprego encontram-se naqueles que se encontram ligados à construção civil e que reconhecem trabalhar ocasionalmente (biscato) com alguma regularidade. No seu conjunto, trata-se de imigrantes com uma situação instável em termos de meios de vida e de precária inserção (quando existe) no mercado de trabalho. Exemplar reflexo das dificuldades do processo integrativo dos africanos é a natureza e homogeneidade dos principais problemas sentidos pelos formandos no quadro das respectivas vidas quotidianas ao longo do último ano: desemprego e habitação, ou, noutros casos, uma evocação mais explícita da falta de dinheiro.<sup>3</sup>

Os ritmos de trabalho e aprendizagem parecem constituir outro importante tipo de dificuldades que os africanos conhecem na formação. Segundo muitos formadores, eles têm um ritmo diferente dos nacionais, faltam muito e

---

3 A excepção a estes três problemas é o racismo, só muito raramente evocado, mas remanescendo a sensação de que tal excepcionalidade se origina mais em acanhamento envergonhado do que em verdadeira ausência do problema.

desculpam-se com variadíssimas situações. Parecem preocupar-se pouco com regras de funcionamento e cumprimento de horários, quer porque colidem com o seu *habitus* cultural, quer porque colidem com exigências da sua situação socioeconómica que muitas vezes obriga a estar disponível para fazer um biscato, para tomar conta de crianças (próprias, de familiares ou de vizinhos) ou para participar em tarefas domésticas. Parece estar-se em presença de um contexto sociocultural em que a assiduidade ao curso de formação não constitui primeira prioridade. Este tipo de problemas conduz os formadores a sublinhar mais uma vez que, para além da formação específica, os módulos da área cívica e comportamental são muito importantes ou mesmo os fundamentais e insistem na necessidade de fomentar a auto-estima dos africanos e promover a valorização do seu próprio percurso profissional, aspectos em que aquelas áreas de formação parecem conseguir bons resultados, pelo menos avaliando pelo processo de integração dos africanos no próprio curso.

Finalmente, o facto destes africanos serem originários de ex-colónias portuguesas explica a familiaridade com a língua portuguesa. No entanto, muitos afirmam que gostariam de ter tido condições para aprender português e só não o fizeram por falta de tempo, dinheiro ou por não saber a quem recorrer. De facto, importa sublinhar que, numa boa parte dos casos, a familiaridade com o português se limita a mero reconhecimento, muito aquém do domínio da língua (falada e escrita). Aspecto que se evidencia, por exemplo, a propósito das dificuldades sentidas no acto de inscrição no curso, muitos deles recorrendo ao auxílio de familiares ou funcionários, assim como a propósito do nível de compreensão que afirmam ter dos respectivos monitores (apenas metade dizem compreender bem os professores). A própria aplicação do inquérito por questionário, realizada com o indispensável auxílio de um entrevistador, evidenciou situações de grande dificuldade de leitura e mesmo de incompreensão de significados. Na verdade, ao contrário do que se poderia esperar, a relação

com a língua portuguesa é ténue, não indo além de uma utilização minimal e rudimentar.

## **Conclusão**

Pode dizer-se que o acesso ao sistema formal de formação profissional encontra nas características da população africana imigrada em Portugal alguns obstáculos, designadamente: a) escasso domínio da língua portuguesa, o que coloca dificuldades quer por relação a conteúdos substantivos de aprendizagem como relativamente às áreas cívica e comportamental); b) insuficiência da preparação escolar e, em muitos casos, ausência de níveis de escolaridade adequados, uma vez que a maioria dos cursos de formação têm como requisito de acesso a escolaridade mínima obrigatória; c) dificuldades decorrentes dos contextos culturais e socioeconómicos que se repercutem no plano comportamental, designadamente em termos de uma escassa valorização da formação.

O problema do desfasamento entre competências linguísticas e escolares (formais ou sobretudo reais) que se verifica entre imigrantes africanos e nacionais conhece três abordagens distintas: a) a segregação, implicando uma estruturação dos cursos em função das diferentes competências linguísticas e escolares dos formandos; b) a aposta na complementaridade das diferentes competências de partida como factor que promove a aprendizagem (*«uns puxam pelos outros»*), e; c) a alternativa intermédia que consistiria em manter grupos mistos, fornecendo aos africanos módulos supletivos de formação.

O que parece inequívoco é que os programas dos cursos de formação profissional não se adaptam às baixas qualificações escolares de alguns candidatos. Não obstante, o cenário que aponta para a existência de estruturas curriculares específicas por atenção às competências escolares e linguísticas dos africanos parece conter, em si mesma, uma contradição. Tal solução implicaria organizar a formação profissional em turno de grupos relativamente homogéneos

no plano das competências e dos *habitus* socioculturais, ou seja, tratar-se-ia de promover soluções baseadas no fechamento dos grupos étnicos, acabando por promover e reforçar a segregação, ao invés de promover abertura, multiplicação de contactos e interações, em suma, de promover a integração nos grupos e nos contextos socioculturais próprios da sociedade de acolhimento.

Do ponto de vista do processo geral de integração social, parece mais adequado apostar no acesso à formação profissional não apenas por atenção à aquisição de conhecimentos e competências conducentes a uma integração profissional, mas também enquanto espaço institucional onde se inicia um percurso de integração nos planos social e cultural. Nesta perspectiva, o cenário que prevê a existência de módulos supletivos de formação orientados para suprir carências específicas de certos formandos (imigrantes ou não) parece mais promissor, embora seja também de mais difícil exequibilidade. Para além das dificuldades organizacionais e do acréscimo de recursos que a flexibilidade implica, as alterações à estrutura curricular pressupõem o acervo do Instituto do Emprego e Formação Profissional e, portanto, a existência de uma política de formação profissional que explicitamente tenha em conta os problemas específicos que certos sectores da população conhecem (imigrantes, africanos ou não, e mesmo alguns nacionais).

Por outro lado, um dos principais obstáculos ao acesso de imigrantes à formação profissional parece residir no elevado distanciamento entre as instituições formais e os jovens africanos. O próprio facto de se tratar de contextos socioculturais que tradicionalmente não valorizam a educação formal, significa também que a mera divulgação institucional de informação relativa à oferta de formação profissional será provavelmente insuficiente para promover dinâmicas alargadas de procura. Admitindo que o problema da motivação desempenha papel decisivo na promoção do acesso dos africanos à formação profissional, é provavelmente certo que importa implementar um trabalho de divulgação a nível comunitário. Neste quadro (para além das associações de

imigrantes<sup>4</sup> e da Escola, que pode desempenhar importante papel relativamente aos mais novos), o trabalho desenvolvido por algumas instituições de solidariedade social em bairros maioritariamente ocupados por africanos pode constituir adequado veículo de divulgação e recrutamento, não apenas pela maior proximidade com as populações, mas também por dispor de estruturas mais flexíveis e mais directamente vocacionadas para o relacionamento com as comunidades imigradas.

É, aliás, no quadro de algumas organizações não governamentais que de modo mais sistemático se encontram programas de formação especificamente desenhados em função de características e carências da população africana (ou de certos sectores dela), o que significa, em muitos casos, encontrar acções de formação mais vocacionadas para a socialização do que para a profissionalização. Nas instituições de solidariedade social, a formação profissional constitui um desdobramento de uma lógica mais global de intervenção que proporciona diversas actividades e equipamentos sociais (jardins de infância, centros de apoio escolar, centros de apoio à juventude e à terceira idade, desporto e animação sociocultural, apoio domiciliário, apoio jurídico e médico-sanitário, etc.). Regra geral, trata-se de acções de formação que assentam claramente menos em conteúdos técnicos e profissionais, antes apostando na formação cívica e no desenvolvimento pessoal. Em paralelo com uma formação que pode incluir a aritmética, a leitura e a escrita (ou seja, aquém dos níveis de escolaridade obrigatória) e de uma formação básica em campos como a saúde, higiene e cuidados materno-infantis, por vezes, promove-se também formação em artes domésticas, cozinha, costura, etc., eventualmente conducente a uma maior profissionalização nos campos em que esta população habitualmente se inscreve no mercado de trabalho.

---

<sup>4</sup> As associações de imigrantes estão directamente empenhadas em lógicas de afirmação sociopolítica das comunidades que representam. Quando existem, as acções de formação promovidas neste contexto enquadram-se em políticas de promoção socioprofissional normalmente orientadas para o aperfeiçoamento técnico-profissional de imigrantes empregados (por exemplo, nos campos da informática e contabilidade), embora também se verifiquem algumas experiências de formação

Na verdade, importa sublinhar que uma boa parte das comunidades africanas imigradas em Portugal parece sentir necessidades de formação que se situam muito aquém da profissionalização. Orientadas pelo objectivo de superar carências de uma população inserida num contexto civilizacional diferente, este tipo de formação conhece particular adesão por parte da população africana e pode traduzir-se em efeitos positivos no quadro do processo geral de integração social. Contudo, a experiência revela tratar-se de acções de formação que, regra geral, funcionam mais como espaços de sociabilidade do que como espaços de uma aprendizagem técnico-profissional capaz de potenciar uma verdadeira inserção no mercado de trabalho. De qualquer modo, neste quadro parece possível apostar numa formação que concilie aquisição de competências profissionais com formação escolar, particularmente por atenção ao problema dos jovens africanos que apresentam um défice escolar, seja em virtude de uma formação insuficiente ou porque entretanto se incompatibilizaram e abandonaram o sistema escolar.

Para concluir, dir-se-ia que promover o diálogo e fomentar a sinergia entre os organismos relacionados com a formação profissional e os organismos relacionados com a inserção social dos imigrantes (Associações de imigrantes, Organizações não governamentais de solidariedade social, Escolas, Autarquias locais, etc.), pode permitir ultrapassar alguns desfasamentos entre as características das comunidades africanas e o sistema formal de formação profissional, quer capitalizando canais de comunicação mais próximos das populações e, portanto, mais eficazes na divulgação e recrutamento, quer através do apoio e fomento de um carácter mais profissionalizante das acções de formação desenvolvidas por instituições de solidariedade social. É claro que também aqui a directiva política constitui requisito indispensável.

---

vocacionadas para outros subgrupos (por exemplo: os jovens) quer para outro tipo de carências, designadamente nos planos linguístico e escolar.

**Bibliografia:**

CAMPOS, Luís Melo, *Relatório de investigação do parceiro português no projecto: Way of Access - Analysis of the vocational training policies towards immigrants: training needs, orientation, access ways to the vocational training and vocational training offer in three countries in the Mediterranean*, Roma, Imed, 1998.